



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DCONAMA

SEPN 505, Lote 2, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar - Asa Norte - CEP 70.730-542 – Brasília/DF

Tel. (0xx61) 2028 2207 ou 2028 2102 - conama@mma.gov.br

Resultado da 103ª Reunião Ordinária do CONAMA

Data: 31 de agosto e 1º de setembro de 2011

Horário: das 09h00 às 18h00

Local: Auditório nº 1 do edifício sede do Ibama

Setor de Clubes Esportivos Norte - SCEN Trecho 2, Brasília/DF

1. Abertura comemorativa da reunião pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira – Conama 30 anos

Dia 31 de agosto

A reunião plenária do CONAMA foi iniciada com a comemoração dos 30 anos do Conselho. Compuseram a mesa a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Antonio Herman Benjamin, Presidente do Ibama, Curt Trennepohl, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, primeiro ocupante do cargo de Ministro de Meio Ambiente do Brasil, Paulo Nogueira-Neto, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), Hélio Gurgel, Vice-Presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alessandra Lunas, Presidente da Associação Brasileira de Florestas Plantadas, Antônio Sérgio Alípio, e o Presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), Mauro Buarque.

Izabella Teixeira - a Ministra definiu o Conama como pai e mãe dos Conselhos, sendo um dos responsáveis pela construção de uma sociedade democrática, acentuando que foi com a política ambiental brasileira que a sociedade civil começou a ser ouvida nas formulações de políticas públicas no Brasil. Ressaltou que em 2008, quando se tornou Secretária-Executiva, a época era de esvaziamento do Conama, situação a qual se colocou frontalmente contrária e procurou reerguê-lo. Lembrou que desde o início ele normatiza e dá caminhos para a Política Nacional de Meio Ambiente e exemplificou com a Resolução que trata de avaliação de impacto ambiental, do licenciamento e do Proconve. Disse que quando o novo Código Florestal for aprovado, será importante observar sua exequibilidade e segurança jurídica, uma vez que os secretários estaduais é que deverão aplicá-lo e interpretá-lo corretamente. Ela ainda salientou a importância e o protagonismo na área de gestão dos químicos, no qual o Conama tem seu papel, com regras modernas e competitivas quando se trata principalmente de agrotóxicos (assunto tratado também durante a Marcha das Margaridas, evento realizado em Brasília no mês de agosto). Reiterou que o Conama deve debater e aperfeiçoar a normatização necessária desde os problemas da Amazônia aos problemas do meio ambiente nas cidades, considerando as diferenças regionais. A Ministra cobrou do Conselho o debate sobre a qualidade do ar, sobre a questão de risco ambiental, não só para a questão da indústria de petróleo, mas para a indústria química, no que se refere aos novos instrumentos de avaliação de risco e de avaliação de impacto. Cobrou, ainda o debate sobre a modernização e o aprimoramento do licenciamento ambiental. Por conseguinte, citou o Programa Brasil Sem Miséria e Bolsa Verde no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, programas de caráter inovador para o Brasil e que se mostram como um desafio, principalmente no sentido de avançar com os mecanismos de políticas ambientais e sociais. Citou ainda a necessidade de haver maior integração entre os órgãos e conselhos, e, neste sentido, solicitou a inclusão do CNRH na Secretaria Executiva do MMA, para facilitar o diálogo entre este Conselho e o Conama. Advertiu que a Rio+20 trabalhará com o diálogo entre governo, sociedade e setor produtivo, e que por isso, o Conama poderá colaborar com sua experiência de 30 anos. Encerrou comentando que "temos o Brasil aqui dentro do Conama e este é um Conselho do Brasil".

Dia 1º de setembro

Lançamentos de políticas públicas ambientais na Plenária do Conama

Lançamento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos- PNRS, cuja mesa foi composta por Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, Secretário Executivo do MMA, Márcio Pochmann, Presidente do IPEA, Nabil Georges Bonduki, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano-SRHU, do Ministério do Meio Ambiente-MMA, Samyra Crespo, Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/MMA, Larissa Beltramim, Secretária-Executiva do Fórum de Direitos e Cidadania da Secretaria Geral da Presidência.

Nabil Bonduki informou sobre o estabelecimento das metas da PNRS com a data limite de 02 de agosto de 2014 para eliminação dos lixões. Comentou que entre 2000 e 2008 passou-se de 35% para 58% a quantidade de resíduos dispostos adequadamente no Brasil e, que neste mesmo período, não houve aumento da geração de resíduos com a estimativa de 1,1 quilogramas por pessoa/dia, dado este que mostra que com campanhas de conscientização é possível avançar no sentido de diminuição de produção. Alertou que ainda é grande a quantidade de resíduos de construção civil e que este normalmente é disposto de forma inadequada. Fez referência aos cenários de aumento de renda e suas consequências para a geração de resíduos e disse que algumas estratégias devem ocorrer para mudar o padrão de consumo, assim como o modo com que as pessoas se relacionam com os resíduos. Teceu comentários adicionais sobre as metas de redução e reciclagem. Informou, ainda, que o país deverá ter metas diferenciadas e regionais, exemplificando o nordeste, região na qual 89% dos municípios não possuem disposição adequada de resíduos, enquanto que no sudeste esse número cai pra 15%. De acordo com ele, o papel do MMA é de estimular e ofertar condições para alcançar as metas do plano e da política, contando com a colaboração de todos para fazer um Brasil sem lixões e um exemplo na área de resíduos sólidos.

A Ministra lembrou o momento em que foi reconduzida ao cargo de Ministra em 2011, dizendo que, na época, era interesse ter uma área de qualidade urbana no MMA, algo que tem a ver com o envolvimento político das questões ambientais no dia-a-dia de cada cidadão brasileiro, no mundo que é essencialmente urbano. Comentou sobre a tarefa solicitada pelo ex-Presidente Lula para solucionar os problemas com resíduos sólidos, cujo projeto de lei estava há 21 anos na Câmara dos Deputados e que conseguiu, com uma sensibilização do Senado, aprová-lo em 4 meses. Lembrou ainda que, após a publicação da PNRS, foi dado o prazo de 90 dias para sua regulamentação. Izabella Teixeira comentou sobre a importância das parcerias com a Secretaria da Fazenda e com o Ipea, referência no país, validando dados e metodologias concretas. Salientou que é um compromisso fazer política social com desenvolvimento econômico, reconhecendo as desigualdades regionais e fez referência para a união de esforços, trabalho conjunto das secretarias, de forma que a máquina governamental se volte para o diálogo e exemplificou o Conama como o local de debates políticos para tal interação. A PNRS, segundo a Ministra, é provocativa, pois trata de políticas intersetoriais, de licenciamento de aterros, de tecnologias adequadas, de um Sisnama mais atuante. Comentou que há uma posição convergente entre sociedade, ministérios e setor produtivo e que a intenção é lançar, no início de 2012, o primeiro edital para implementação da logística reversa, cujas reuniões devem ocorrer dentro de um debate convergente, apresentando soluções para o processo político dentro do contexto de diferenças regionais e áreas de investimento.

Lançamento da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação

A Sra. Samyra Crespo, Secretária de Articulação Institucional e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente, e o Sr. Rômulo Mello, Presidente do ICMBio, lançaram as diretrizes para a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA).

2. Discussão e votação da transcrição *ipsis verbis* da 102ª Reunião Ordinária, de 25 e 26 de maio de 2011

Aprovada por unanimidade.

3. Apresentação de novos Conselheiros

Apresentação dos novos conselheiros realizada pela Diretora do Dconama, Sra. Adriana Sobral Barbosa Mandarino.

4. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA

4.1. Indicação de representante de organização da sociedade civil, de âmbito nacional, indicada pelo CONAMA para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, nos termos do art. 4º, inciso X do Decreto nº 3.524, de 26 de junho de 2000, que regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989

A plenária deliberou pela indicação do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – Ingá, como titular, e a ADEMASP, como suplente.

5. Tribuna Livre (15 minutos)

Ronaldo Vasconcellos Novais (Ponto Terra) - comentou sobre o evento ocorrido em 29 de agosto, em comemoração e reflexão aos 30 anos do Conama realizado pelo Crea-MG, onde estiveram presentes oito Conselheiros do Conama. Sobre a questão ambiental parabenizou o Conama, contudo, comentou da necessidade de fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente, principalmente para a gestão pública municipal nas cidades e que há necessidade de alocação de recursos para a área ambiental.

Francisco Soares (Furpa) – trouxe, novamente, a questão da Serra Vermelha, alegando que 114 mil ha foram grilados para fins de exploração de carvoaria - área pública que deveria virar parque. Entregou à mesa diretora matéria de jornal sobre o assunto.

Daniel Barreto (Bioeste) - reivindicou a atualização da Agenda 21, sua contemplação no PPA e a realização de um seminário nacional sobre a Agenda 21 para antes da Rio + 20. Lembrou 2011 como ano Internacional das Florestas e comentou sobre a importância do cerrado, referenciando-se ao dia 11 setembro, Dia Nacional do Cerrado, pedindo reflexões sobre o tema.

Carlos Bocuhy (Proam) - trouxe duas preocupações, a primeira com os padrões de qualidade do ar no Brasil, e em especial em São Paulo onde 20 pessoas morrem diariamente no inverno devido a problemas respiratórios e cardiovasculares decorrentes da inversão térmica e fez um apelo para a atualização dos padrões de qualidade do ar no Brasil, defasados em décadas. A segunda preocupação se refere à possibilidade de o Brasil perder a devida importância e liderança frente à Rio + 20 e junto à comunidade internacional, em um momento onde é anfitrião do tema, o que seria um verdadeiro desastre institucional e diplomático.

Donizete Tokarski (Ecodata) - disse que o cerrado com toda sua biodiversidade é o responsável por 80% das águas da bacia do Rio Tocantins, 94% da Bacia do Rio São Francisco, 75% da Bacia do Rio Paraná – um contraste, visto que o cerrado não é considerado patrimônio nacional e que todos dependemos do cerrado para nossa alimentação. Assim, neste 11 de setembro (Dia Nacional do Cerrado), faz-se necessário fazer com que as políticas públicas se voltem para o cerrado, para a criação de unidades de conservação de proteção integral. Frisou a subutilização do Cerrado frente ao seu potencial. Fez um apelo para que todos destinem ações para a conservação deste importante bioma totalmente brasileiro.

Alessandra Lunas (Contag) – falou da Campanha Nacional contra o uso de agrotóxicos no Brasil, encampado por várias organizações da sociedade civil. Disse ao plenário que a intenção é dialogar junto com a sociedade brasileira para a qualidade do alimento que a nossa mesa recebe. Enfatizou que é uma tarefa que necessita de responsabilidade ambiental e que coloca ônus preocupantes para saúde de nosso país, solicitou à mesa diretora do plenário a possibilidade de apresentar na próxima plenária o filme “O veneno está na mesa” para que haja uma reflexão e ação conjunta dentro do Conama.

Mauro Buarque (Anamma Nacional) – disse que a falta de percepção da sociedade para o Sisnama talvez seja devido à falta de inserção dos municípios brasileiros na realidade da Política Nacional de Meio Ambiente. Anunciou que nos dias 26 a 28 de setembro deste ano acontecerá o Encontro Nacional da Anamma e solicitou aos Secretários de Estado presentes que mobilizem caravanas. Enfatizou que 2014 será o ano das ações, implementações de planos da habitação, da defesa civil, de saneamento, de resíduos, entre outros e que o encontro será um espaço de recebimento de conteúdo onde todos poderão contribuir com a participação. Solicitou envio do convite do referido encontro aos Conselheiros do Conama.

Marcelo Mosmann (Ingá) - informou sobre a participação da entidade na 4ª Conferência Sobre Segurança Alimentar. Adicionalmente, informou que apresentou ao Conama, via correio eletrônico (no dia 08/07), proposta de recomendação que permite análises ambientais integradas prévias à implantação de empreendimentos hidrelétricos e complementou dizendo que 5.000 ha de Mata Atlântica não foram tratados nos empreendimentos de Barra Grande.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência, propostas de moção e de recomendação

Sem apresentações de inversão de pauta, retirada de matéria e requerimentos de urgência. A Mesa recebeu propostas de moções que foram apreciadas após a ordem do dia.

7. Ordem do Dia

7.1. Processo nº 02000.000951/2007-99 – Grupo Assessor de Revisão do Regimento Interno do CONAMA, Portaria MMA nº 168/2005

Interessado: CONAMA.

Procedência: 102ª CTAJ. Data: 25 e 26/05/2011.

Tramitação: a primeira reunião do Grupo Assessor de Revisão do Regimento Interno do CONAMA – GARI ocorreu em 10/04/08 e os trabalhos foram finalizados em 24/04/09. A matéria foi enviada ao CIPAM, que discutiu o texto nas reuniões 48ª a 53ª, finalizando seus trabalhos em setembro de 2010, após compilação e votação das emendas apresentadas em Consulta aos Conselheiros. A minuta de alteração do RI foi aprovada na 60ª CTAJ, em 23 e 24/02/2011. Na 101ª RO houve proposta do MMA para que fosse realizado Dia de Trabalho, apresentando e discutindo a minuta com os Conselheiros, o que ocorreu em 04/05/2011. Durante a realização da 102ª RO, a FBCN e, posteriormente, o Governo do Estado de Minas Gerais pediram vista.

Relatores: MMA, Presidente da CTAJ, FBCN e Governo de Minas Gerais.

Aprovado o texto base encaminhado pela CTAJ, em detrimento do substitutivo apresentado pela FBCN. Os principais pontos de divergência foram discutidos e aprovados, ficando a cargo do DConama a redação final, que por sua vez será encaminhada a todos os conselheiros do CONAMA para observações finais, antes do envio à Consultoria Jurídica do Ministério.

RESOLUÇÃO

7.2. Processo nº 02000.000216/2011-61 – Complementação da Resolução nº 417/2009, que definiu vegetação primária e estágios sucessionais secundários de vegetação de Restinga

Interessado: MMA.

Procedência: 102ª CTAJ. Data: 25 e 26/05/2011.

Tramitação: o processo apresenta listas de espécies de vegetação de restinga para 14 estados da Federação, abrangidos pela Lei da Mata Atlântica: AL, BA, CE, ES, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE e SP. Todos os estados discriminados foram consultados previamente para efeitos de validação das respectivas listas e as respostas de 10 estados foram publicadas no site do CONAMA. As minutas foram aprovadas na 18ª CTBio, dia 26/04/2011 e encaminhadas à 62ª CTAJ, em 05 e 06/05/2011, ocasião em que a minuta referente ao estado de São Paulo foi devolvida à Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros. As demais foram aprovadas. Durante a realização da 102ª RO, a PROAM, a Anamma Nacional e os Governos Estaduais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina pediram vista.

Relatores: Presidente da CTBio, PROAM e Governos da Bahia, Santa Catarina, Ceará, Rio de Janeiro.

A proposta será apreciada na 104ª RO.

RECOMENDAÇÕES

7.3. Processo nº 02000.001779/2011-77 – Proposta de Recomendação aos órgãos ambientais da Região Sul, para que deem cumprimento ao art. 38 da Res. Conama nº 420/2009.

Interessados: AMAR e INGÁ

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relator: INGÁ

A proposta terá tramitação normal no Conselho, nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Interno.

7.4. Processo nº 02000.001713/2011-87 – Proposta de Recomendação dirigida ao Ibama e aos órgãos ambientais seccionais para que seja exigida a elaboração e apresentação prévia de Avaliação Ambiental Integrada/Estatéfica nos processos de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas em andamento.

Interessados: AMAR e INGÁ

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relator: INGÁ

A proposta terá tramitação normal no Conselho, nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Interno.

MOÇÕES

7.5. Processo nº 02000.001778/2011-22 – Proposta de moção para que o ICMBIO reavalie a área de ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões/PI.

Interessada: FURPA.

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relatora: FURPA.

O ICMBio solicitou vista da referida proposta.

7.6. Processo nº 02000.001775/2011-99 – Proposta de moção de louvor à Vara Cível da Comarca de Clevelândia-PR por decisões que determinam que, em razão da construção de hidrelétricas, os ribeirinhos do Rio Chopim não tenham suas posses molestadas até que uma proposta de indenização e reassentamento seja negociada e aprovada na presença de instituições de defesa dos direitos dessas comunidades,

Interessada: AMAR

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relator: INGÁ

O MME solicitou vista da referida proposta.

7.7. Processo nº 02000.001776/2011-33 – Proposta de moção de louvor à Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual da Subseção de Curitiba-PR que decidiu pelo início do processo de remediação das áreas da Vila Mota e da Capelinha, em Adrianópolis - PR e o acompanhamento e tratamento de saúde dos cidadãos contaminados.

Interessada: AMAR.

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relator: INGÁ

O MME solicitou vista da referida proposta.

7.8. Processo nº 02000.001777/2011-88 – Proposta de moção de louvor à 1ª Vara Federal da Subseção de Londrina e ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pela sentença e acórdão proferidos na ação civil pública pelos quais se exigiu a realização da prévia Avaliação Ambiental Integrada/Estratégica de toda a Bacia do Rio Tibagi e que suas conclusões sejam observadas nos licenciamentos ambientais de usinas hidrelétricas em andamento.

Interessados: AMAR e INGÁ

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relator: INGÁ

O MME solicitou vista da referida proposta.

7.9. Processo nº 02000.001815/2011-01 – Proposta de moção dirigida ao MMA e ao ICMBIO para que tomem providências com vistas à preservação dos Sítios Ramsar, para atender à Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional.

Interessada: FURPA.

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relatora: FURPA.

A proposta será apreciada na 104ª RO.

7.10. Processo nº 02000.001816/2011-47 – Proposta de moção dirigida ao MMA e ao ICMBIO referente à Lei Anti-Babaçu aprovada no Maranhão.

Interessada: FURPA.

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relatora: FURPA.

A proposta será apreciada na 104ª RO.

7.11. Processo nº 02000.001817/2011-91 – Proposta de moção dirigida ao MMA, ao ICMBIO e ao IBAMA para que tomem providências para coibir possíveis práticas ilegais de degradação ambiental no município de Colinas - MA.

Interessada: FURPA.

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relatora: FURPA.

A proposta será apreciada na 104ª RO.

7.12. Processo nº 02000.001818/2011-36 – Proposta de moção dirigida ao MMA e ao IBAMA para que apresentem ao plenário do CONAMA relatório sobre os processos de licenciamento ambiental das usinas nucleares Angra 1, 2 e 3.

Interessada: FURPA.

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relatora: FURPA.

A proposta será apreciada na 104ª RO.

7.13. Processo nº 02000.001819/2011-81 – Proposta de Moção dirigida ao IBAMA para que suspenda as licenças prévias da hidrelétrica de Estreito em Amarante/PI e São Francisco/MA, entre outras.

Interessada: FURPA.

Procedência: 103ª RO. Data: 31/08 e 1º/09 de 2011.

Relatora: FURPA.

A proposta será apreciada na 104ª RO.

8. Informes

8.1. Informe da ANA – Articulação entre o CONAMA e o CNRH, Vazão Ecológica e Vazão Mínima Remanescente.

O referido informe será realizado na próxima plenária.

8.2. Informe do Presidente da CTCQA sobre o Relatório da Comissão de Acompanhamento do Proconve - CAP.

Informe realizado pelo Sr. Rudolf Noronha (MMA).

8.3. Informe do Serviço Florestal sobre o Plano Anual de Outorga Florestal de 2011.

O referido informe será realizado na próxima plenária.

8.4. Informe do MMA sobre o Relatório de “percentual mínimo de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC)”, para atendimento do art. 9º da Resolução CONAMA Nº 362/2005.

Informe realizado pela Sra. Zilda Maria Faria Veloso (MMA).

8.5. Informe da ABEMA sobre o PCPV nos Estados.

Informe realizado pela conselheira Jussara Rosa Cony (RS), disponível no seguinte [Informe PCPV](#)

A conselheira Patrícia Boson, da CNT, disponibilizou o sistema de banco de dados do Programa Despoluir, que realiza inspeções voluntárias desde 2007 e informou que mais informações acerca do assunto estão disponíveis no sítio da CNT (www.cnt.org.br).

8.6. Informe e distribuição do [Estudo IPEA](#) sobre CONAMA.

Informe realizado pelo Sr. Igor Fonseca (Ipea).

8.7. Informe do MMA/SEDR sobre providências quanto às ameaças sofridas pelo conselheiro Francisco Soares, da ONG FURPA.

Informe realizado pelo Sr. Oscar Gatica, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

8.8. Informe do Ministério da Saúde sobre a 14ª Conferência Nacional de Saúde.

Maiores informações no [Ofício-Circular](#).

8.9. Informe do CONSEA sobre a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN

Maiores informações no [Ofício-Circular](#).

9. Encerramento